



PONTO A PONTO

• GOVERNO

48% dos brasileiros desaprovam o governo do presidente Lula (PT), enquanto 47% afirmam aprovar a gestão. Na avaliação qualitativa, 33% classificam o governo como “péssimo”, enquanto 47% aprovam a gestão. Na avaliação qualitativa, 15% classificam o governo como “ruim”, 20% como “regular”, 17% como “bom” e 15% como “ótimo”, segundo pesquisa da Nexus.

• TRABALHO

85% dos brasileiros acreditam que seriam afetados por uma alta de preços provocada pelo fim da escala 6x1. Desse total, 64% dizem que seriam muito afetados e 21% um pouco afetados. O levantamento também indica que 44% avaliam que a mudança traria mais prejuízos do que benefícios para as empresas, enquanto 43% enxergam mais benefícios. Apesar disso, 63% afirmam que seriam beneficiados pelo fim da escala 6x1, e 65% declaram apoiar a proposta, segundo pesquisa da Datafolha.

• EMPREGO

O Brasil criou 85,9 mil empregos formais em abril de 2026. O resultado representa queda de 62,3% em relação a março e de 63,9% na comparação com abril de 2025. No acumulado de janeiro a abril, o país abriu 699,7 mil vagas com carteira assinada, abaixo das 913,8 mil registradas no mesmo período do ano passado. O número total de trabalhadores com carteira assinada chegou a 47,8 milhões em abril, alta de 2,26% em relação ao mesmo mês de 2025, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego.

• ECONOMIA

O governo federal registrou superavit primário de R\$ 25,2 bilhões em abril de 2026, acima dos R\$ 18,2 bilhões do mesmo mês de 2025 e também superior à expectativa do mercado. Apesar do resultado positivo no mês, o acumulado do ano mostra piora nas contas públicas: o superavit caiu de R\$ 73,2 bilhões entre janeiro e abril de 2025 para R\$ 8,7 bilhões no mesmo período de 2026, uma queda de 88,1%, segundo dados do Tesouro Nacional.

EUA decidem classificar PCC e CV como terroristas



Flávio Bolsonaro e Donald Trump, presidente dos EUA (Foto: Reprodução/X Eduardo Bolsonaro)

O governo dos Estados Unidos oficializou a classificação do PCC e do Comando Vermelho como organizações terroristas estrangeiras, ampliando significativamente o nível de pressão internacional sobre facções criminosas brasileiras. A decisão ocorreu poucos dias após o encontro entre o senador Flávio Bolsonaro (PL) e o presidente Donald Trump na Casa Branca, reunião em que temas ligados à segurança pública, narcotráfico e cooperação internacional estiveram entre os assuntos discutidos.

A medida permite aos EUA ampliar instrumentos de bloqueio financeiro, cooperação internacional, sanções econômicas e rastreamento de operações ligadas às facções, além de elevar o nível de compartilhamento de inteligência com autoridades estrangeiras. Nos bastidores de Brasília, a decisão foi interpretada como um movimento de forte peso geopolítico e simbólico, aproximando o tratamento dado às facções brasileiras do modelo utilizado por Washington contra cartéis mexicanos e grupos ligados ao terrorismo internacional.

Integrantes do governo Lula acompanham a situação com cautela diante do potencial impacto diplomático e jurídico da medida, especialmente sobre investigações financeiras, relações de cooperação policial e possíveis pressões futuras envolvendo segurança pública e crime organizado na América do Sul. Já aliados de Flávio Bolsonaro passaram a explorar politicamente a decisão como demonstração de alinhamento internacional e fortalecimento do discurso de endurecimento contra o crime organizado.

Câmara aprova fim da Escala 6x1



Plenário da Câmara (Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados)

A Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que promove o fim da escala de trabalho 6x1 e reduz a jornada máxima semanal de 44 para 40 horas. O texto foi aprovado por ampla maioria, com 472 votos favoráveis e 22 contrários no primeiro turno, além de 461 votos favoráveis e 19 contrários no segundo turno, consolidando uma das mais importantes bandeiras trabalhistas do governo Lula na Casa.

O texto aprovado é resultado de um acordo político construído ao longo dos últimos meses entre governo, presidência da Câmara e diferentes bancadas partidárias. O substitutivo apresentado pelo relator, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), unificou propostas que tramitavam sobre o tema e estabeleceu uma solução intermediária em relação aos textos originais, que previam jornadas ainda menores. A proposta mantém os salários, garante dois dias de descanso remunerado por semana e cria uma regra de transição para adaptação das empresas ao novo modelo.

Pela redação aprovada, após a promulgação da PEC haverá um período de transição. Em até 60 dias, a jornada semanal será reduzida para 42 horas e passará a valer a obrigatoriedade de dois dias de descanso semanal. Posteriormente, após um período adicional de doze meses, a carga horária máxima cairá para 40 horas semanais. O texto também estabeleceu espaço para negociação coletiva em determinados setores mais sensíveis às mudanças.

A votação evidenciou uma rara convergência entre a base governista, centro e parte da oposição, por conta da pressão populista e eleitoral. Embora entidades empresariais e representantes de segmentos econômicos continuem demonstrando preocupação com os potenciais impactos sobre custos trabalhistas, produtividade e competitividade, a votação foi expressivamente favorável ao andamento do tema. O assunto também mobilizou fortemente movimentos sindicais e organizações ligadas aos trabalhadores, que transformaram a proposta em uma das principais bandeiras do debate pré eleições.

A proposta agora segue para análise do Senado Federal. Além da discussão sobre os impactos econômicos da medida, senadores já articulam uma proposta alternativa e mecanismos de flexibilização para determinados setores produtivos. O avanço da PEC na Câmara, entretanto, eleva significativamente a pressão política sobre o Senado. Governistas apostam em tramitação rápida, alguns até mencionam que 30 dias serão suficientes para a conclusão do tema. Já aliados de Davi Alcolumbre (União-AP) apostam que o presidente seguirá a tramitação normal, passando por comissões, o que exigirá mais tempo.



TENDÊNCIA: A aprovação expressiva na Câmara fortalece a percepção de que há ambiente político favorável para mudanças na jornada de trabalho, mas a discussão tende a se tornar mais técnica e setorial no Senado.

Senado reage à 6x1 com PEC de Rogério Marinho, que flexibiliza contratações



Flávio Bolsonaro e Rogério Marinho (Foto: Andressa Anholete/Agência Senado)

Horas após a Câmara dos Deputados aprovar a PEC que reduz gradualmente a jornada semanal de trabalho e extingue o modelo 6x1, o líder da oposição no Senado, senador Rogério Marinho (PL-RN), protocolou uma proposta alternativa que amplia a flexibilização das relações trabalhistas. A chamada “PEC do horário flexível” já conta com fortíssimo apoio dentro da Casa, alcançando 40 assinaturas, metade do senado, acima das 27 necessárias para apresentação formal de uma proposta de emenda constitucional.

O texto permite que jornadas e escalas de trabalho sejam definidas por acordo individual entre empregado e empregador, ampliando o peso da negociação direta em detrimento de regras mais rígidas da CLT e até mesmo de instrumentos coletivos. A proposta mantém o limite constitucional máximo da jornada semanal, mas abre espaço para formatos mais flexíveis de compensação de horas e distribuição da carga horária.

A movimentação marca o início de uma disputa política e ideológica mais ampla no Senado sobre o futuro das relações trabalhistas no país. Enquanto a PEC aprovada pela Câmara foi impulsionada por setores ligados ao governo, sindicatos e movimen-

tos favoráveis à redução da jornada, a proposta de Rogério Marinho tenta construir a narrativa oposta: a de que o problema do mercado de trabalho brasileiro estaria no excesso de rigidez regulatória e não na carga horária em si.

Os parlamentares governistas avaliam que o Senado deve se transformar no principal campo de batalha sobre o tema, já que Alcolumbre e Lula mantêm uma relação distanciada e há o contexto da forte pressão de setores empresariais contrários ao texto aprovado pela Câmara. Já integrantes da oposição tratam a PEC do “horário flexível” como instrumento para tornar constitucional as medidas já previstas na Reforma Trabalhista de 2017 e reorganizar o debate para tentar reduzir o impacto político da aprovação da proposta apoiada pelo governo Lula.

TENDÊNCIA: O governo irá pressionar para que a tramitação da PEC aprovada na Câmara seja prioritária, enquanto a oposição irá freá-la. A movimentação dependerá da posição definida por Davi Alcolumbre, que ainda não dá sinais claros se terá pressa e disposição para contribuir com Lula neste momento pré-eleitoral.

Governo Federal registra superávit primário de R\$ 25,2 bilhões em abril

Em abril de 2026, o Governo Federal atingiu a marca de R\$ 25,2 bilhões de superávit primário, um salto real de 32,7% em relação a abril de 2025. Esse resultado representa a poupança do governo nos períodos em que as receitas superam as despesas, descontado o pagamento dos juros da dívida pública. O superávit surpreendeu o mercado financeiro e superou as expectativas, configurando o melhor desempenho para meses de abril desde 2022. O motivo, no entanto, não foi o corte de gastos, mas sim a alta arrecadação, que culminou no oitavo recorde mensal consecutivo de coleta de impostos.

O avanço da arrecadação veio principalmente do mercado financeiro e dos recursos naturais. O IOF, por exemplo, injetou R\$ 8,09 bilhões nos cofres públicos em abril, uma expressiva alta real de 29,5% que reflete a mudança nas regras tributárias feitas em 2025, quando o governo elevou as alíquotas sobre compras

internacionais e remessas. Já a exploração de riquezas primárias gerou R\$ 21,78 bilhões: esse crescimento de 9,8% foi impulsionado sobretudo pela alta do preço internacional do barril de petróleo, pressionado pelo conflito no Oriente Médio, tendo como fator secundário o maior volume extraído no pré-sal.

Além disso, a economia doméstica também impulsionou fortemente o caixa do governo. A Receita Federal arrecadou inéditos R\$ 278,8 bilhões no mês, graças ao consumo aquecido, que fez a Cofins e o PIS avançarem de forma consistente. O mercado de trabalho formal demonstrou vigor na geração de vagas, elevando a receita previdenciária em 7,2%. O Imposto de Renda, por sua vez, cresceu 5,7%, turbinado tanto pelas altas taxas de juros, que elevaram os rendimentos de renda fixa, quanto pelo aumento das remessas de capitais ao exterior. A tabela abaixo detalha as principais fontes desse saldo positivo:

Categoria de Arrecadação	Valor Arrecadado (Abril de 2026)	Varição Real vs. 2025	Principal Motor do Desempenho
Imposto sobre a Renda (IR)	R\$ 89,28 bilhões	+5,7%	Alta em remuneração de renda fixa e de capitais remetidos ao exterior.
Previdência Social (RGPS)	R\$ 61,09 bilhões	+7,2%	Expansão de empregos formais e retomada da reoneração da folha de salários.
Cofins	R\$ 36,09 bilhões	+14,4%	Aquecimento robusto do volume de vendas no varejo e do setor de serviços.
Royalties de Recursos Naturais	R\$ 21,78 bilhões	+9,8%	Maior volume de extração de petróleo no pré-sal e preços sustentados do barril Brent.
IOF	R\$ 8,09 bilhões	+29,5%	Alteração legal nas alíquotas de câmbio, operações de crédito e previdência (VGBL).

Apesar da arrecadação recorde, os gastos do governo não recuaram. As despesas federais avançaram 3,3% acima da inflação, sustentadas principalmente pela inércia dos compromissos obrigatórios. Os ajustes do funcionalismo elevaram os gastos com pessoal em 9,8%, enquanto os benefícios previdenciários cresceram 3,4%, na esteira da valorização do salário-mínimo. No primeiro quadrimestre, contudo, o superávit acumulado despencou 88,1%, caindo de R\$ 73,2 bilhões em 2025 para apenas R\$ 8,7 bilhões, puxado pela antecipação das dívidas judiciais para março.

O resultado de abril afeta positivamente a trajetória da dívida pública, mas o país ainda enfrenta uma

complexa encruzilhada fiscal. No acumulado de doze meses, o déficit primário (poupança negativa) segue elevado, na casa de R\$ 130,6 bilhões, e o cumprimento da meta dependerá de manobras orçamentárias, como a exclusão de R\$ 64,4 bilhões em despesas extraordinárias do cálculo. Mais do que isso, sustentar a máquina pública apenas com recordes de arrecadação cobra seu preço: espreme o cidadão comum, alimenta a aversão ao risco dos investidores e encarece, como consequência, a dívida nacional.

Lula indicará Messias ao STF outra vez



Jorge Messias e presidente Lula (Foto: Ricardo Stuckert/PR)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que pretende reenviar o nome de Jorge Messias para a vaga do STF mesmo após a rejeição histórica sofrida pelo AGU no Senado. Lula passou a tratar o episódio como uma derrota essencialmente política e argumenta que não houve questionamentos relevantes sobre a capacidade técnica ou jurídica de Messias para ocupar a Corte.

A sinalização do presidente, porém, esbarra em um problema regimental relevante. Pelas regras internas do Senado, uma autoridade rejeitada pelo plenário não pode ter nova indicação apreciada dentro da mesma sessão legislativa, o que, na prática, impede uma nova análise do nome de Messias ainda em 2026.

Nos bastidores, a movimentação é interpretada menos como uma tentativa imediata de reconduzir Messias ao Supremo e mais como uma demonstração política de força diante do Senado, especialmente após o desgaste provocado pela articulação que levou à rejeição do AGU. O problema para o Planalto é que o cenário político que derrubou a indicação continua praticamente intacto. A relação entre Lula e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, permanece desgastada, e parte expressiva do Centrão segue resistindo à ampliação da influência do governo dentro do STF.

A avaliação predominante hoje em Brasília é que uma nova indicação de Messias encontraria enorme dificuldade para ser aprovada caso fosse submetida novamente ao Senado sem mudanças relevantes no ambiente político. Ainda assim, Lula parece disposto a transformar o episódio em uma disputa de autoridade institucional, reforçando a narrativa de que a escolha de ministros do Supremo é prerrogativa do presidente da República e não resultado de veto político imposto pelo Congresso.

Agenda da semana no Congresso



Congresso Nacional (Foto: Reprodução)

A semana será marcada por um esvaziamento significativo da atividade presencial em Brasília. A combinação entre o feriado de Corpus Christi e a realização do Fórum Jurídico de Lisboa, evento que reúne anualmente autoridades dos Três Poderes em Portugal, o "Gilmarpalooza", deve reduzir o ritmo das articulações e das votações no Congresso Nacional.

Na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a expectativa é de funcionamento em regime remoto, com baixo quórum presencial e sem a previsão de deliberação de temas de grande repercussão. A orientação das lideranças é concentrar esforços em votações consensuais para "limpar a pauta" acumulada e evitar temas que demandem mobilização política mais ampla.

O cenário também afeta a agenda do Executivo e do Judiciário. Ministros de Estado, parlamentares, governadores, magistrados e representantes do setor privado participam do encontro em Lisboa, transformando o evento em um dos principais espaços informais de articulação política do país. Embora não produza decisões formais, o fórum costuma servir de ambiente para negociações, aproximações e discussões sobre temas de relevância nacional.

Com isso, a tendência é de uma semana de baixa temperatura em Brasília, marcada mais por movimentações de bastidores do que por avanços concretos na agenda legislativa. As atenções ficarão voltadas para a possibilidade de Davi Alcolumbre (União-AP) designar o relator do projeto da Escala 6x1.

Em destaque no Ranking



● O BRASIL PODE DAR CERTO!

O Ranking lançou o livro O Brasil pode dar certo durante o Excelência Parlamentar 2026, realizado em Brasília nesta quarta-feira (27). Na ocasião, entregamos exemplares do livro a todos os mais de 60 parlamentares premiados presentes no evento, ampliando a circulação institucional da publicação junto a lideranças relevantes do Congresso Nacional. O livro já está disponível no site do Ranking dos Políticos. [Clique aqui para acessar!](#)

● LIVE DO RADAR

Neste domingo, às 18h, ocorrerá mais uma edição da **Live do Radar** para tratar dos principais assuntos políticos da semana. O diretor de Operações do **Ranking**, Luan Sperandio, receberá David Alimandro, gerente de relações governamentais da Abras, e Daniel Galvêas, economista e analista de políticas públicas do **Ranking dos Políticos**. [Clique aqui e acompanhe!](#)

PARLAMENTAR DA SEMANA



Senador Rogério Marinho (PL-RN)

Rogério Marinho nasceu em Natal (RN) e é economista. Iniciou sua trajetória política como vereador em 2004 e presidiu a Câmara Municipal de Natal entre 2005 e 2006. Foi deputado federal por dois mandatos e secretário de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte. Em 2018, assumiu a Secretaria Especial da Previdência e Trabalho, sendo um dos principais articuladores da Reforma da Previdência. Atualmente, exerce seu primeiro mandato como senador pelo Rio Grande do Norte. Também foi relator da modernização das leis trabalhistas.

Rogério Marinho recebeu o **Prêmio Excelência Parlamentar** em 2023 e 2024 pelo **Ranking dos Políticos**.



Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente.

Nosso levantamento leva em consideração os pilares **eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção**.

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros, como o Radar Político.

Equipe técnica:

- Juan Carlos
- Danylo Shimano
- Luan Sperandio
- Daniel Galvêas
- Gabriel Jubran
- Victor Ribeiro

Projeto Gráfico:

- Tamyres Meyer

Diagramação:

- Giancarlo Mendes

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.



FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
BTG Pactual - Agência 0050 c/c 00489493-6
apoia.se/rankingdospoliticos

www.ranking.org.br



contato@ranking.org.br

Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
6º andar, Sala 18, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Mantenedores:

DMOC



AUDIGER
AUDITORES INDEPENDENTES S/S

values
NEWS INTELLIGENCE

PRIVATE
ENGENHARIA & SOLUÇÕES

HSi
INVESTIMENTOS

JUDIT